

PETIÇÃO 11.056 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. ANDRÉ MENDONÇA
REQTE.(S)	: ERIKA HILTON
REQTE.(S)	: GUILHERME CASTRO BOULOS
REQTE.(S)	: FERNANDA MELCHIONNA E SILVA
REQTE.(S)	: TARCISIO MOTTA DE CARVALHO
REQTE.(S)	: CÉLIA XAKRIABÁ
REQTE.(S)	: FRANCISCO RODRIGUES DE ALENCAR FILHO
REQTE.(S)	: GLAUBER DE MEDEIROS BRAGA
REQTE.(S)	: HENRIQUE DOS SANTOS VIEIRA LIMA
REQTE.(S)	: IVAN VALENTE
REQTE.(S)	: LUCIENE CAVALCANTE DA SILVA
REQTE.(S)	: LUIZA ERUNDINA DE SOUSA
REQTE.(S)	: SAMIA DE SOUZA BOMFIM
REQTE.(S)	: TALIRIA PETRONE SOARES
REQTE.(S)	: TULIO GADELHA SALES DE MELO
ADV.(A/S)	: PRISCILA PAMELA CESARIO DOS SANTOS
ADV.(A/S)	: NATHALIE FRAGOSO E SILVA FERRO
ADV.(A/S)	: LIVIA CATTARUZZI GERASIMCZUK
ADV.(A/S)	: CARMEN LUCIA LOURENCO FELIPPE
REQDO.(A/S)	: NIKOLAS FERREIRA DE OLIVEIRA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DECISÃO

PETIÇÃO (NOTITIA CRIMINIS).
PROMOÇÃO FUNDAMENTADA DE
ARQUIVAMENTO DA PROCURADORIA-
GERAL DA REPÚBLICA. PRINCÍPIO
ACUSATÓRIO. IRRECUSABILIDADE.
DISCURSO PROFERIDO NA TRIBUNA DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS. IMUNIDADE
PARLAMENTAR MATERIAL. NEGATIVA
DE SEGUIMENTO.

1. É irrecusável a promoção fundamentada de arquivamento formulada pela Procuradoria-

Geral da República, *dominus litis* da ação penal pública incondicionada. Precedentes.

2. A imunidade parlamentar material, consagrada no **caput** do art. 53 da Constituição da República, longe de configurar privilégio pessoal, constitui garantia que visa à proteção e atuação desembaraçada e plena do Poder Legislativo. A criminalização da expressão parlamentar é medida “*absolutamente excepcional e residual, sendo um risco à democracia a sua ordinarização*” (manifestação da PGR na PET nº 9.589/DF).

3. O princípio da separação dos Poderes, cláusula pétrea da Carta Constitucional de 1988 (art. 2º), indica competir à respectiva Casa Legislativa, *via de regra*, a apuração da eventual quebra de decoro e punição na esfera política.

4. Acolhimento da promoção da Procuradoria-Geral da República com a negativa de seguimento da Petição.

1. Trata-se de cinco requerimentos autuados neste Supremo Tribunal Federal na classe “Petição” (PETs nºs 11.056/DF, 11.057/DF, 11.065/DF, 11.069/DF e 11.081/DF), formalizados em face do Deputado Federal Nikolas Ferreira de Oliveira, na forma de “notícia-crime”, buscando o envio dos autos à Procuradoria-Geral da República a fim de que se apure, e eventualmente se apresente denúncia, por crimes de transfobia, de violência política de gênero e de assédio, constrangimento, humilhação ou ameaça de detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

2. Todas as cinco PETs se articulam em torno do mesmo pano de fundo fático, qual seja, a manifestação proferida em 08/03/2023 pelo Deputado Federal representado, na tribuna da Câmara dos Deputados, abaixo transcrita:

“Hoje é o Dia Internacional das Mulheres. A esquerda disse que eu não poderia falar porque eu não estava no meu local de fala. Então solucionei esse problema aqui ó (coloca peruca). Hoje, eu me sinto mulher. Deputada Nikole. E eu tenho algo muito interessante aqui pra poder falar. As mulheres estão perdendo seu espaço para homens que se sentem mulheres.

E pra vocês terem ideia do perigo de tudo isso, vocês podem se perguntar 'Qual que é o perigo disso, deputada Nikole?'. Eu respondo: sabe por quê? Porque eles estão querendo colocar uma imposição de uma realidade que não é a realidade. Eu, por exemplo, posso ir pra cadeia, deputado, caso eu seja condenado por transfobia. E por que? Porque eu xinguei? Por que eu pedi pra matar? Não... Porque no Dia Internacional das Mulheres, há dois anos, eu parabenizei as mulheres XX. Ou seja, na verdade é uma imposição. Ou você concorda com o que eles estão dizendo, ou, caso contrário, você é um transfóbico, homofóbico e preconceituoso.

E aqui eu não tô defendendo o meu umbigo, a minha liberdade. Eu estou aqui pra poder dizer que eu estou defendendo a sua liberdade. A liberdade, por exemplo, de um pai recusar de um homem de dois metros de altura, um marmanjo, entrar no banheiro da sua filha sem você ser considerado um transfóbico. Liberdade das mulheres, por exemplo, que estão perdendo seu espaço nos esportes, estão perdendo os seus espaços até mesmo em concurso de beleza, meus senhores. E pensa só isso: uma pessoa que se sente simplesmente algo impõe isso pra você.

A Apple, por exemplo, hoje ela tá homenageando no dia das mulheres um homem que se sente uma mulher, que inclusive é um ativista da obesidade. A Hershey's, por exemplo, também colocou um homem que se sente uma mulher na propaganda das mulheres.

Então aqui eu vou tirar porque eu sou gênero fluido (retira peruca) e aí eu volto aqui pra o Nikolas homem aqui pra poder dizer o seguinte: mulheres, vocês não devem nada ao feminismo. Pelo contrário, o feminismo que exalta mulheres que nada fizeram pelas mulheres. Simone de Beauvoir, que, em 1977, assinou uma frente pela legalização da pedofilia e a esquerda fica em silêncio isso e tenta ficar impondo para as mulheres que ser corajosa, ser brava, ser uma pessoa de virtudes, isso é um monopólio da esquerda, isso é uma mentira. Isso é um monopólio do feminismo. Isso é algo humano. Ser corajoso não cabe só às feministas. Pelo contrário! Maria, Rute, Ester, todas essas mulheres são deixadas de lado pelo feminismo. Então mulheres, retomem a sua feminilidade, tenham filhos, amem a maternidade, formem a sua família, porque dessa forma, vocês colocarão luz no mundo e serão com certeza mulheres valorosas.

Por fim, parabéns mulheres. Sem vocês nós não seríamos nada. Obrigado presidente!”

3. Todas as cinco PETs foram encaminhadas à Procuradoria-Geral da República nos termos do art. 230-B do RISTF.

4. Nas PETs de nºs 11.057/DF, 11.065/DF, 11.069/DF e 11.081/DF, a Procuradoria-Geral da República informou ter se manifestado nesta PET nº 11.056/DF, primeira a ser distribuída, e solicitou análise e julgamento conjunto de todas elas.

5. Nestes autos, o *dominus litis* requereu a **negativa de seguimento da notícia-crime**, ao argumento principal da imunidade parlamentar material. Da aludida manifestação, destaco:

“(…) no caso de discurso feito na esfera da casa parlamentar, a incidência da imunidade absoluta não depende do teor do discurso feito. Constata-se, pois, que a manifestação do representado, mesmo que possa ser considerada de mau gosto e/ou com excessos, também está protegida pela imunidade material absoluta, pois proferida na tribuna da Câmara dos Deputados.

Nessa ordem de ideias, deve-se ter em vista que a inviolabilidade tutela a própria independência do parlamentar, permitido que exerça seu mandato com autonomia, destemor, liberdade e transparência⁸. São essas, algumas das diretrizes que embasam essa prerrogativa de status constitucional, a qual estabelece, de forma excepcional, que os deputados e senadores são imunes, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos.

(…)

Ainda no que se refere ao conteúdo da manifestação, cita-se trecho do voto proferido pelo Ministro Luiz Fux em que explicita os elementos que caracterizariam o teor político dos pronunciamentos dos congressistas:

‘Para que as afirmações feitas pelo parlamentar possam ser relacionadas ao exercício do mandato, elas devem revelar teor minimamente político, referido a fatos que estejam sob debate público, sob investigação do Congresso Nacional (CPI) ou dos órgãos de persecução penal ou, **ainda, sobre qualquer tema que seja de interesse de setores da sociedade, do eleitorado, organizações ou**

quaisquer grupos representados no parlamento ou com pretensão à representação democrática. [Min. Luiz Fux no Inquérito nº 3932] (sem negrito no original).

Do cotejo entre as premissas lançadas acima e o exame dos elementos constantes dos autos é possível constatar o teor político das declarações do representado, reforçando a compreensão de que seu discurso está abarcado pela proteção constitucional esculpida no art. 53, caput, da Constituição. Isso porque fatos discutidos estão em debate público e são do interesse da sociedade e do eleitorado, nos termos do que foi estabelecido pela nossa Corte Constitucional.

Nesse sentido, destaca-se algumas das discussões em trâmite naquela casa legislativa, citando-se, entre elas, o PL 4019/2021, com a seguinte ementa: *“Proíbe a instalação e a adequação de banheiros, vestiários e assemelhados na modalidade unissex, nos espaços públicos, estabelecimentos comerciais e demais ambientes de trabalho”*. Cita-se também o PDL 158/2022, cuja ementa é: *“Susta o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que ‘Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional’”*. Por fim, destaca-se o PL 4893/2020, com a seguinte ementa: *“Tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero.”*

Acresça, a isso, a compreensão de que essas posições são defendidas pelo congressista há muito e refletem as opiniões de seu eleitorado, que corresponde a uma considerável parcela da sociedade, tanto que o representado foi o deputado federal mais votado do Brasil”. (e-doc. 15)

6. Após o parecer da Procuradoria-Geral da República, a Deputada Federal Erika Hilton manifestou-se nos autos afirmando que o representado reproduziu o vídeo de suas falas em diversas plataformas digitais. Pediu que seja ordenada a total exclusão do perfil do representado em diversas redes sociais como Twitter, Tik Tok, Youtube, Facebook e Instagram, ou, subsidiariamente, que seja determinada a exclusão das postagens tidas como ofensivas (e-doc. 18).

É o relatório.

Decido.

7. A desvinculação do juiz da investigação criminal, como forma de preservação da imparcialidade, tem sido uma gradativa conquista histórica dos países democráticos.

8. Nessa direção, nossa Constituição Federal de 1988 consagrou, em matéria penal, o sistema acusatório, atribuindo a órgãos diferentes as funções de acusar e de julgar, separando de forma muito nítida tais funções. Em nosso sistema, portanto, a exemplo do que ocorre na imensa maioria dos países que adotam o Estado Democrático de Direito, **o órgão que exerce a função de acusar não pode exercer a de julgar (e vice-versa)**. Trata-se de regra derivada da garantia do devido processo legal, e que, inclusive, constitui cláusula pétrea (art. 5º, LIV, c/c art. 60, § 4º, IV, da CF/88).

9. Quanto às funções de investigação, ainda que se as tenha atribuído de forma precípua à Polícia Federal e às polícias civis, nossa Constituição não o fez de forma exclusiva. Nesse sentido, este Supremo Tribunal Federal decidiu, ao julgar o Tema 184 da Repercussão Geral, no

PET 11056 / DF

RE nº 593.727/MG, que o “Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal (...)”.

10. Assim, o Supremo Tribunal Federal não processa comunicações de crimes, as quais possuem, em verdade, **natureza extrajudicial**. No âmbito dos Tribunais Superiores, o procedimento adequado é o peticionamento de notícias sobre possíveis delitos à Procuradoria-Geral da República, no que se atende, mais adequadamente, ao sistema acusatório.

11. Tanto é assim que o art. 230-B do RISTF prevê que, representações como as agora sob análise na Corte, “[O] Tribunal não processará comunicação de crime, encaminhando-a à Procuradoria-Geral da República”, que é o “dominus litis”.

12. Não obstante, essas comunicações contra autoridades públicas, feitas de forma equivocada diretamente ao STF, têm atingido volumes bastante significativos, contribuindo para sobrecarregar ainda mais a estrutura do Tribunal, inegavelmente assoberbada.

13. Como bem apontado pela Procuradoria-Geral da República em sua manifestação na PET nº 10.132/DF, de Relatoria do eminente Ministro Nunes Marques, o peticionamento no STF há que se dar observando racionalidade, de forma criteriosa, não de forma irrestrita, “sobretudo no campo penal e diante da especificidade da investigação de detentor de foro especial perante essa Corte, como se depreende do art. 21 do seu Regimento Interno” (PET nº 10.132/DF, e-doc. 10).

14. Nesse sentido, destaco trecho de decisão do eminente Ministro Dias Toffoli que julgou prontamente extinta uma “notícia-crime” por

delito de prevaricação supostamente praticado pelo Presidente do Senado, na PET nº 10.292/DF:

“(…). Em primeiro lugar, em caso de suposta prática de crime processável mediante ação penal pública, deve-se observar que a **Procuradoria-Geral da República, detém, privativamente, a atribuição de promovê-la (art. 129, CF) perante esta Suprema Corte quando os supostos crimes traduzirem-se em ‘crimes comuns’ alegadamente praticados pelo Presidente da República (art. 102, I, ‘b’, CRFB).**

Em hipóteses como a presente, portanto, em respeito ao sistema acusatório e, notadamente, à titularidade da atribuição de representar por abertura de inquérito - exclusiva da PGR, na compreensão até hoje adotada por esta Corte, em casos que tais - não há como o Judiciário substituir a atividade ministerial exercendo juízo valorativo sobre fatos alegadamente criminosos, atribuição exclusiva do *Parquet*, reitera-se. (...)”

(Petição nº 10.292/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, j. 20/05/2022, p. 25/05/2022)

15. De qualquer forma, no caso das presentes PETs, foi feito o imediato encaminhamento das *notícias* à **Procuradoria-Geral da República**. E a manifestação da Procuradoria-Geral da República, como (única) titular da ação penal, após analisar os fatos detida e fundamentadamente, **foi no sentido de não vislumbrar crime e não ofertar denúncia.**

16. Cumpre aqui lembrar, analogicamente, que a jurisprudência **histórica e uniforme** desta Corte reconhece ser **irrecusável** a promoção de arquivamento do inquérito pelo titular da ação penal pública no âmbito da competência originária do Supremo Tribunal Federal.

17. Isso porque os elementos da investigação, antes do início da fase contraditória, se destinam precipuamente ao titular da ação penal, a quem cabe, exclusivamente, formar a *opinio delicti*. Nesse sentido, colaciono:

“**EMENTA:** – INQUÉRITO. ARQUIVAMENTO.

Requerido o arquivamento do processo pelo Procurador-Geral da República, **não cabe ao STF examinar o mérito das razões em que o titular único e último do dominium litis apoia seu pedido.**”

(Agravo Regimental no Inquérito nº 207/SP, Rel. Min. Francisco Rezek, j. 26/06/1985, p. 16/08/1985; destaque nosso)

“**EMENTA:** – Inquérito. Pedido de arquivamento do inquérito no que concerne a ex-Presidente da República. Competência. 2. **Se o Procurador-Geral da República pede o arquivamento do inquérito, com relação ao ex-Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal não compete discutir a procedência ou não da conclusão do Chefe do Ministério Público Federal, quanto à inexistência de elementos nos autos para a propositura da ação penal contra a autoridade sujeita à jurisdição da Corte.** É o que decorre da parte final do art. 28 do Código de Processo Penal, bem assim do art. 3º da Lei nº 8038, de 28.5.1990, e do art. 231, § 4º, do Regimento Interno do STF. (...).”

(Questão de Ordem do Inquérito nº 1.030/DF, Rel. Min. Néri da Silveira, j. 20/06/1996, p. 13/12/1996; destaque nosso)

“Penal e processo penal. Agravo Regimental em inquérito judicial. Pedido de arquivamento parcial das investigações apresentado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Competência do STF para apreciação do pedido. **Obrigatoriedade do acolhimento da promoção de arquivamento apresentada pela PGR. Doutrina e precedentes.**

Investigação com excesso de prazo e sem elementos mínimos de autoria e materialidade delitiva que possibilite a sua manutenção em relação a um dos investigados. Inviabilidade de oferecimento de denúncia com base apenas nas declarações de colaboradores premiados. Provimento do agravo e concessão de *habeas corpus* de ofício para determinar o arquivamento parcial das investigações, ressalvada a possibilidade de reabertura caso surjam novas provas, nos termos do art. 18 do CPP.”

(Agravo Regimental no Inquérito nº 4.513/PE, Rel. Min. Roberto Barroso, Redator do Acórdão Min. Gilmar Mendes, j. 05/09/2022, p. 19/12/2022; destaque nosso)

18. Veja-se, ainda, na mesma linha: INQ nº 510/DF, Rel. Min. Celso de Mello, Plenário, unânime, DJ 19.4.1991; INQ nº 719/AC, Rel. Min. Sydney Sanches, Plenário, unânime, DJ 24.9.1993; INQ nº 851/SP, Rel. Min. Néri da Silveira, Plenário, unânime, DJ 6.6.1997; HC nº 75.907/RJ, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, maioria, DJ 9.4.1999; HC nº 80.560/GO, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, 1ª Turma, unânime, DJ 30.3.2001; INQ nº 1.538/PR, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ 14.9.2001; HC nº 80.263/SP, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, unânime, DJ 27.6.2003; INQ nº 1.608/PA, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, unânime, DJ 6.8.2004; INQ nº 1.884/RS, Rel. Min. Marco Aurélio, Plenário, maioria, DJ 27.8.2004; INQ (QO) nº 2.044/SC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Plenário, maioria, DJ 8.4.2005; INQ 1604 QO/AL, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, DJ 13.12.2002; Inq 2341 QO, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 28/06/2007.

19. Observo que, no caso das PETs sob exame, não se verifica qualquer teratologia ou desídia por parte da Procuradoria-Geral da República, que, ao contrário, analisou as questões, como já dito, detida e fundamentadamente.

20. No mais, como já tive a oportunidade de afirmar em outros julgamentos, entre os quais o da Ação Penal 1.044/DF, a imunidade parlamentar material a que alude o *caput* do art. 53 da Constituição não configura e não pode configurar um privilégio pessoal de cada um dos congressistas, **mas uma garantia que visa, em verdade, à proteção e atuação desembaraçada e plena do Poder Legislativo.**

21. Nas palavras do Professor Paulo Gustavo Gonet Branco, atual Procurador-Geral da República, a imunidade tem como escopo a *“garantia de independência do próprio parlamento e da sua existência”* (MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 16ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021, p. 1069). Trata-se, ao fim e ao cabo, de **mecanismo previsto no sentido de proteger e otimizar a democracia.**

22. **A atuação livre dos parlamentares na defesa de suas opiniões, sem constrangimentos ou receios de tolhimentos de quaisquer espécies, é condição fundamental para o pleno exercício de suas funções.**

23. Nesse sentido, esta Corte tem historicamente decidido que **mesmo manifestações exercidas fora do recinto físico do Congresso** estão abarcadas pela imunidade, desde que relacionadas ao exercício do mandato parlamentar. A esse respeito, assim decidiu o Plenário deste Supremo Tribunal Federal quando do julgamento do Agravo Regimental no Inquérito nº 2.874/DF, em voto da lavra do e. Ministro Celso de Mello:

“(…) **Cumpre acentuar** que a **teleologia** inerente à cláusula de inviolabilidade prevista no art. 53, ‘*caput*’, da Constituição da República **revela a preocupação** do constituinte em dispensar efetiva proteção ao parlamentar, **em ordem a permitir-lhe**, no

desempenho das **múltiplas funções** que compõem o ofício legislativo, **o amplo exercício** da liberdade de expressão, **qualquer que seja o âmbito espacial** em que concretamente se manifeste (RTJ 133/90), **ainda que fora do recinto** da própria Casa legislativa (RTJ 131/1039 – RTJ 135/509-510 – RT 648/318), **desde** que as declarações emanadas do membro do Poder Legislativo – **quando pronunciadas fora do Parlamento** (RTJ 194/56, Pleno) – **guardem conexão** com o desempenho do mandato (*prática 'in officio'*) ou tenham sido proferidas em razão dele (*prática 'propter officium'*), **conforme** esta Suprema Corte tem assinalado **em diversas decisões** (RTJ 155/396-397, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno, v.g.). (...).

(Agravo Regimental no Inquérito nº 2.874/DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 20/06/2012, p. 01/02/2013)

24. De se notar, nesse paradigmático voto do e. Ministro Celso de Mello, a prevalência da imunidade quanto a manifestações proferidas fora do recinto do Parlamento **sempre que guardem conexão** com o desempenho do mandato (*in officio*) **ou tenham sido proferidas em razão dele** (*propter officium*).

25. No caso das presentes PETs, a manifestação do representado se deu no uso da palavra **na tribuna do plenário** da Câmara dos Deputados.

26. É da jurisprudência da Corte o entendimento segundo o qual, quanto às manifestações dos parlamentares dentro do Congresso, seria até mesmo dispensável a análise do nexo de causalidade entre a fala e o cargo, **eis que evidente**, atraindo regra imunizante de “amplíssimo espectro”, na expressão utilizada pela eminente Ministra Rosa Weber na PET 8.495/DF:

“Assento, a propósito, que a jurisprudência da Suprema Corte, ao definir o alcance da imunidade parlamentar, distingue manifestações dos mandatários na tribuna da Casa Legislativa a que pertencem e fora dela, fazendo incidir, **no primeiro caso**, regra imunizante de amplíssimo espectro, que, em regra, sequer demandaria investigação sobre o vínculo entre o conteúdo produzido e o exercício do mandato (*o mandatário estaria sujeito apenas à censura política de seus pares, nos termos do art. 55, § 1, da CF/88*); e, no **segundo caso**, de ofensas proferidas fora da Casa Legislativa, imunidade condicionada à pertinência das manifestações e palavras com o exercício do mandato (*propter officium*). (...).”

(Petição nº 8.495/DF, Rel. Min. Rosa Weber, j. 25/06/2020, p. 01/07/2020)

27. Na mesma linha, conforme citado pela PGR, o e. Min. Alexandre de Moraes, na PET nº 9.456/DF, assim se pronunciou:

“O SUPREMO TRIBUNAL possui sólido entendimento, múltiplas vezes reiterado, no sentido de que **tal prerrogativa é absoluta quanto aos pronunciamentos efetuados no ambiente da respectiva Casa Legislativa** (Pet 6.156/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, DJe de 28/9/2016; Inq 3.814/DF, Rel. Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, DJe de 20/10/2014; RE 299.109 AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 1º/6/2011; RE 576.074 AgR/RJ, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJe de 25/5/2011; Inq 1.958/AC, Rel. Min. CARLOS VELLOSO, Rel. p/ o acórdão Min. CARLOS BRITTO, Plenário, DJe de 18/2/2006).

Nessas hipóteses, a presença da ‘cláusula espacial’ ou ‘cláusula geográfica’ consagraria uma inviolabilidade absoluta. (...).”

(Petição nº 9.456/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, j. 28/04/2021, p. 22/06/2021; destaque nosso)

28. Reforça o entendimento quanto à incidência da imunidade, na hipótese das PETs ora analisadas, o fato, também apontado pela Procuradoria-Geral da República, de que as posições externadas pelo Deputado em suas falas são defendidas por ele há muito tempo *“e refletem as opiniões de seu eleitorado, que corresponde a uma considerável parcela da sociedade, tanto que o representado foi o deputado federal mais votado do Brasil”*.

29. Pelos mesmos motivos, não há se falar em ausência de relação com o mandato – que se afigura nítida – na reprodução das manifestações do Plenário em redes sociais. Não é possível afirmar que as palavras do Deputado representado, *inclusive no que concerne à reprodução em suas redes sociais*, não guardam relação com seu mandato e não estão abrangidas pela imunidade material.

30. A atividade parlamentar engloba o debate, a discussão, o esforço de demonstrar, por vezes de forma contundente e mediante diferentes instrumentos retóricos, as supostas incongruências, falhas e erros de adversários e de discursos político-ideológicos contrários. Nessa mesma senda, como afirmado pela Procuradoria-Geral da República na PET nº 9.589/DF, *“está no campo da atividade parlamentar o esforço de demonstrar incoerência, inconsistência e toda sorte de defeitos no campo de ideias do adversário, buscando, assim, disputar eleitores e apoiadores ou enfraquecer o lastro popular das ideias com que antagoniza. A reação no campo das ideias e no debate político é a via escorregada para o equilíbrio dos seus agentes que assim são imediatamente responsabilizados. A exposição crítica a um parlamentar é o canal por excelência reservado pelo constituinte. A ação penal contra a expressão parlamentar é absolutamente excepcional e residual, sendo um risco à democracia a sua ordinarização. (...).”* (Petição nº 9.589/DF, e-doc. 6).

31. Por fim, é de todo conveniente que se prestigie a independência entre os Poderes e a própria razão de existir da imunidade parlamentar, como protetora das atividades do Congresso, **competindo à respectiva Casa legislativa**, via de regra, **a apuração da eventual quebra do decoro e punição na esfera política**.

32. Ante o exposto, acatando a posição fundamentada do único titular da eventual ação penal, **nego seguimento** às PETs nºs 11.056/DF, 11.057/DF, 11.065/DF, 11.069/DF, e 11.081/DF, com base no art. 21, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, e no art. 395, II, c/c art. 397, III, ambos do Código de Processo Penal.

Publique-se.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Brasília, 15 de abril de 2024.

Ministro **ANDRÉ MENDONÇA**
Relator